

BUZAGLO PAIVA RAPOSO, EDUARDO / MARIA FERNANDA BACELAR DO NASCIMENTO / MARIA ANTÓNIA COELHO DA MOTA / LUÍSA SEGURA / AMÁLIA MENDES (COORD.) (2013): *Gramática do Português, vols. I e II*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2407 pp.

Ao fim de doze anos de trabalho que envolveu quatro dezenas de especialistas em diversos domínios dos estudos linguísticos, foram publicados em 2013 dois dos três volumes da *Gramática do Português* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian). A obra, que “descreve, de modo tão exaustivo quanto possível, a língua portuguesa na sua variedade europeia contemporânea” (“Introdução”, p. xxv), é organizada por Eduardo Buzaglo Paiva Raposo, Maria Fernanda Bacelar do Nascimento, Maria Antónia Coelho da Mota, Luísa Segura e Amália Mendes, contando ainda com a colaboração de Graça Vicente e Rita Veloso. É constituída por cinco partes e, segundo a sua própria descrição, a Parte 1 trata da história e geografia do português, a Parte 2 ocupa-se do léxico, a Parte 3 foca a sintaxe e a semântica, a Parte 4 centra-se na morfologia e a Parte 5 trata da fonética e da fonologia. Pela sua extensão e pela diversidade dos temas abordados, a Parte 3 está estruturada em nove blocos, identificados por letras maiúsculas: 3A, 3B, 3C, etc.

A “Introdução” destaca, entre outros aspectos inovadores da *Gramática*, o facto de nela

serem incluídos fenómenos de variação linguística. Apesar de ter “principalmente como objeto de estudo o português-padrão” (a também chamada “variedade culta do português”, que consiste no dialeto “falado nas zonas urbanas do litoral-centro, aproximadamente entre Lisboa e Coimbra”, pp. xxv-xxvi), outras variedades da língua são também consideradas. A restante exposição quanto a esta escolha, na “Introdução”, pode dar a entender que entre essas variedades não-padrão se encontram o português falado no Brasil ou o português falado em África (na página xxvi diz-se que o facto de ter como objeto de estudo o português-padrão “não significa, no entanto, que se tenha descurado a variação linguística [...] Muito pelo contrário: em primeiro lugar, [...] a presente obra é pioneira por conter capítulos onde se descrevem [...] as principais características linguísticas não só do português falado no Brasil como também do português falado em África”). Uma leitura atenta do grupo de capítulos sob o título genérico “Variedades Geográficas da Língua Portuguesa” (que não se apresenta como um bloco, ao contrário dos agrupamentos de capítulos da Parte 3) resolve, porém, as possíveis questões a este respeito.

Assim, o facto relevante quanto aos conteúdos da *Gramática* é que, a propósito da discussão de determinadas propriedades do português falado em Portugal, são facultados exemplos que ilustram algum tipo de variação: dialetal, individual ou de registo. As frases em análise que não são construídas pelos autores têm origem em fontes diversas, entre as quais *corpora* electrónicos. Estes permitem o fácil acesso a diferentes géneros de textos escritos e a excertos orais ilustrativos de registos linguísticos variados e/ou do português falado em distintas regiões do país. O seu uso para este fim decerto contribuirá para criar no público uma saudável relação com essas mesmas ferramentas digitais, estimulando as suas próprias explorações futuras de fenómenos de variação linguística.

Uma combinação semelhante ocorre no que respeita à mudança linguística: “Apesar de o objeto de estudo central desta *Gramática* ser o português contemporâneo, considerou-se importante dar a conhecer um pouco da sua história, no que respeita às suas origens, às suas diferentes fases de formação e à sua evolução geral” (p. xxvi).

Os organizadores apontam ainda que a perspetiva aqui adotada “é estritamente descritiva”, o que “significa que o leitor não encontrará regras normativas que valorizem uma determinada variante em detrimento de outra” (p. xxvi). Assim, a *Gramática* esclarece “muitas das dúvidas e hesitações sobre construções frequentemente produzidas pelos falantes, ainda que não sejam sancionadas pela norma-padrão” (p. xxvii). O facto de no capítulo 23 ser abordada a locução “a gente” e aí se incluir a possibilidade de esta determinar “para alguns falantes, num registo coloquial menos cuidado”, concordância na 1ª pessoa do plural (*a gente, logo, vamos ao cinema*) — por oposição à norma-padrão, na qual esta locução “gramaticalmente é de 3ª pessoa do singular” (*a gente, logo, vai ao cinema*) —, é usado para demonstrar esta escolha.

Logo no parágrafo seguinte afirma-se que a “variação dialetal não implica de forma alguma que não existam princípios e regras gramaticais que se aplicam à língua de maneira geral, e que determinam se uma expressão é correta ou não do ponto de vista da própria gramática, o que se traduz na aceitabilidade ou inaceitabilidade dessa expressão por parte dos falantes” (p. xxvii). A falta de acordo entre os falantes (incluindo linguistas) quanto ao estatuto mais ou menos gramatical de algumas frases também é reconhecida, sendo assumida como “um problema incontornável dos estudos linguísticos” (pp. xxvii-xxviii). Perante essas frases problemáticas, a *Gramática* procura assinalar as potenciais discordâncias e tenta explicar a sua causa.

Quanto às descrições que nos são apresentadas, elas apoiam-se “em resultados da linguística contemporânea, da filosofia da linguagem e da lógica moderna” (p. xxviii, segundo parágrafo). No entanto, ressaltam os organizadores, “não se pressupõe da parte do leitor qualquer conhecimento prévio destas áreas”. Pretende-se, portanto, alcançar um público diversificado, incluindo leitores “sem formação linguística” (p. xxx, penúltimo parágrafo).

Uma obra desta magnitude, quer no sentido material (cada um dos volumes já publicados tem mais de 1200 páginas), quer no que respeita aos objetivos (virtualmente *todos* os aspetos da gramática do “português contemporâneo” estão na sua mira, sendo que a intenção parece ser abordar pelo menos alguns

deles até à exaustão e numa linguagem adequada a leitores muito diversos), terá apresentado aos organizadores alguns problemas de difícil solução. As notas que se seguem assinalam algumas das soluções que, à primeira vista, podem causar alguma perplexidade. Mais do que constituir uma crítica à obra em si, estas notas têm o intuito de preparar os potenciais leitores, para que possam contornar de forma produtiva eventuais dificuldades, e apoiam-se nas seguintes noções: objetivo dos organizadores > problema resultante > solução encontrada > fragilidades desta solução.

Tomemos, para começar, a quantidade de autores envolvidos. Esta extensão e diversidade é uma das muito interessantes características da *Gramática*, por duas razões:

1. cada tópico é abordado por uma (ou mais) pessoa(s) que o conhece(m) bem, já que esse terá sido, nos últimos anos, um alvo relevante das suas investigações independentes; isto, em princípio, garante para os múltiplos temas uma abordagem mais completa e iluminada;

2. o leitor comum fica finalmente em contacto direto com o trabalho de grande parte dos linguistas que hoje se dedicam à análise do português; fora do âmbito da *Gramática*, muitos dos trabalhos que eles publicam são orientados para os seus pares, ou seja, pouco acessíveis fora desse círculo de iniciados; aqui, pelo registo específico requerido numa gramática, está resolvida a questão da sua acessibilidade; dito de outro modo, agora também o público em geral pode ficar a conhecer, pelos seus próprios meios (sem ter de frequentar aulas ou formações específicas), o estado da arte.

Esta opção terá, porém, trazido o problema de decidir como é que a participação de cada um desses especialistas é assinalada. Sabemos que os organizadores “leram, comentaram e discutiram todos os capítulos com os seus autores, procurando uniformizar os termos técnicos usados, assegurando clareza na apresentação dos conceitos e visando a coerência estilística na forma de redação” (p. xxxii, primeiro parágrafo). No entanto, ainda que este procedimento tenha com certeza minimizado desequilíbrios e protegido uma certa homogeneidade da obra, em certos casos seria interessante saber facilmente quem é o autor do capítulo que estamos a consultar. Acontece que esta informação está disponível

mas nem sempre é de fácil acceso. Os nomes dos autores están visíbeis apenas no índice xeral de cada volume e no inicio de cada parte (ou de cada bloco, no caso da Parte 3), mas non no inicio de cada capítulo ou nas páxinas que cada un destes ocupa. Assim, quando calha consultarmos un capítulo que está rodeado de outros numa dada parte ou bloco, se queremos saber quem o escribiu temos de recuar até ao inicio da sección ou ao índice xeral do volume. É verdade que un esquema de cores ben visíbel no corte da frente axuda neste proceso de localizar o inicio de cada bloco. No entanto, favorecer as máis básicas regras de transparencia quanto à relación entre os produtores de coñecemento e o seu público pasaría apenas por usar o sistema comú de disponibilizar o nome do(s) autor(es) de cada capítulo no cabeçalho das súas páxinas pares.

Outra característica apresentada como un dos aspectos inovadores da *Gramática* é o facto de ela considerar “todos os niveis de análise lingüística” (p. xxv, primeiro parágrafo). Tamén aquí o problema verificado non decore da intención en si, mas da forma como ela está concretizada: a opción de dedicar explicitamente diferentes partes da *Gramática* a cada un destes niveis de análise terá dado orixe a áreas de sobreposición, já que muitas veces non é posíbel analizar determinados fenómenos ao nivel, por exemplo, da semántica — por ser na parte da semántica que nos situamos — sem tocar as cuestións lexicais ou morfolóxicas envolvidas.

Este aspecto, por súa vez, procura ser resolvido com referencias cruzadas (i.e., determinados fragmentos remeten para outros dentro da *Gramática*). Estas son, evidentemente, moito ben-vindas. Mas o que sería realmente útil, até para orientación do lector que desexa procurar una propiedade/construción gramatical específica cuxa localización non é óbvia (por exemplo, construcións clivadas), era ter sempre à mão un índice remissivo de elevada calidade, com o pormenor e a sofisticación exigidos pola dimensión da obra. Os organizadores optaram por fornecer esta ferramenta fundamental apenas com o terceiro e último volume, polo que, até à súa publicación, cada lector terá de procurar orientar-se através dos índices e das introducións nas diversas partes e blocos. Além do máis, esta decisión acarreta a obrigatoriedade de adquirir máis esse volu-

me, mesmo que os seus restantes conteúdos non sejam particularmente interesantes para o lector en cuestión.

Seguindo aínda a aparente organización da *Gramática* por niveis de análise lingüística, a Parte 3, que se estende pelos tres volumes, é primeiro apontada como aquela em que se discutem fenómenos sintáticos e semánticos (p. xxviii, penúltimo parágrafo, e tamén p. xxix, terceiro parágrafo), mas depois, quando se descrevem os conteúdos dos volumes II e III, diversos blocos desta mesma Parte 3 son referidos como tratando “unicamente de sintaxe” (p. xxx, terceiro parágrafo). A idea podería ser que os blocos que constituem o volume II e una parcela do III son apenas consagrados à sintaxe, ficando os temas da área da semántica limitados ao Bloco 3B — “dedicado a cuestións semánticas, nomeadamente o tempo, o aspecto, a modalidade e o modo” (p. xxix, terceiro parágrafo). Uma vez que este bloco faz parte do Volume I, non habería assim qualquer contradición. O problema é que, para além de tamén o Bloco H (volume III) ser declaradamente centrado em “aspectos lingüísticos que se situam na fronteira entre a sintaxe, a semántica e a pragmática” (p. xxix, terceiro parágrafo), será fácil intuir que moitos dos tópicos tratados em todos estes blocos pertencem a zonas de interface.

Aínda assim, una vez que é na “Introdución” que está expressa esta presentación/classificación dos temas centrais da Parte 3, ela podería non ser digna de nota: o que verdadeiramente importa son os conteúdos reais dos diversos blocos, non a forma como son descritos num texto que nem todos os lectores se preocuparían em examinar. Até porque cada bloco tem sempre, no seu inicio, a expresión “Sintaxe e semántica”, seguida do restante título. Por exemplo, o Bloco 3D: “Sintaxe e semántica — Frase composta e frase complexa”. No entanto, estas divergencias tornam-se máis relevantes polo facto de estarem acompañadas de outras decisións que podem trazer alguma confusão, em especial para o referido lector sem formación lingüística. Pode por exemplo ser desconcertante ter una parte sobre “Léxico” e depois, na parte dedicada à “Sintaxe e semántica”, ter un extenso bloco com o título “Sintaxe e semántica — Classes lexicais e sintagmáticas”. Tamén difícil de explicar é o número de capítulos (oito) e de páxinas (máis de quatrocentas) dedicados ao

sintagma nominal, sobretudo em comparación com outros sintagmas, como por exemplo o verbal, que é resolvido em três capítulos e em duzentas páginas. Poderia dizer-se que esta diferença decorre das necesidades inherentes a cada um destes constituintes, mas este hipotético argumento é facilmente refutado se virmos que, quanto ao sintagma nominal, foi mesmo usado un capítulo introdutório, o 20, e una nota onde se explica que este capítulo “funciona como una síntese dos capítulos mais especializados que o seguem”, que o capítulo 21 “tem un papel central neste grupo” e que alguns dos outros capítulos “retomam alguns dos tópicos discutidos no capítulo 21” (p. 699). Além de ser un pouco estranho que algumas partes tenham una introdução a apresentar os capítulos que as compoem (caso da Parte 3 ou do referido grupo de capítulos sobre o sintagma nominal, no bloco 3C) e outras não (caso da Parte 2), também não fica claro o que motiva esta opção de retomar tópicos, agravando o risco de sobreposições que podem desorientar o leitor e estender ainda mais una obra já imensa. Mais una vez, porém, este aspeto pode facilmente ser contornado se o leitor for direito ao subtópico que mais lhe interessa, usando as referências cruzadas para seguir novas pistas.

Outro dos objetivos inovadores da *Gramática* consiste em, como foi referido acima, não pressupor da parte do leitor qualquer conhecimento prévio nas áreas da linguística contemporânea, da filosofia da linguagem ou da lógica moderna. O problema resultante desta intenção — em algum momento a terminologia e os conceitos essenciais têm de ser introduzidos em linguagem que este leitor entenda — é apontado na “Introdução”: “De facto, sempre que una determinada descrição gramatical assenta sobre conceitos linguísticos, filosóficos ou lógicos, procura-se explicá-los em termos tão simples quanto possível, de modo a que o leitor possa ter una visão clara da sua relevância relativamente aos fenómenos gramaticais em discussão” (p. xxviii). Noutro ponto refere-se de novo a “clareza” da explicitação de convenções e termos técnicos utilizados. Una das provas de que se procurou pôr isto em prática reside na existência do capítulo 11. Este capítulo, sobre a “Estrutura da Frase”, é o primeiro da Parte 3, que, como já se disse, contém nove blocos distintos. Na “Introdução” geral

(p. xxx, penúltimo parágrafo) os organizadores recomendam ao público sem formação linguística que a leitura do capítulo 11 anteceda a leitura dos restantes capítulos das Partes 2 e 3. Isto porque ele “apresenta, de forma clara e sucinta, as bases de natureza teórica que lhe permitirão abordar de modo mais proficuo o conteúdo dos restantes capítulos dessas partes”. Esta recomendação é de novo referida na introdução à Parte 3 mas, una vez que, para un leitor que vá folheando a obra seguindo a ordem das diversas partes, a Parte 2 nesta altura já está para trás, pode aí parecer un pouco tardia. Assim, fica aqui expressa essa recomendação de forma mais saliente.

Para além da questão da sua localização, no entanto, se o objetivo deste capítulo é (também) contribuir para o esclarecimento do leitor sem formação linguística, não se percebe porque é que contém definições cuja adequação a essa faixa de público é questionável. Por exemplo: “As frases declarativas são aquelas que são usadas pelos falantes para representar una situação do mundo e comunicá-la assertivamente ao ouvinte” (p. 303, último parágrafo). Esta definição é seguida de sete exemplos no modo indicativo, cinco deles com verbos eventivos no presente ou no passado simples e dois com verbos estativos no presente. Ora utilizar una definição deste tipo, ilustrada por este género de exemplos e sem entrar no território da filosofia da linguagem e no intrincado debate sobre estados de coisas, não deixa claro que objetos linguísticos tais como “Amanhã, provavelmente, não irei jantar a tua casa” são também frases declarativas. Un leitor “sem formação linguística” talvez não fique a saber, de forma imediata e inequívoca, sobretudo tendo em conta que este é un capítulo de caráter introdutório, que una frase declarativa não tem de referir o passado ou o presente e que pode mesmo incluir verbos modais ou entidades imaginárias (mesmo que ele não conheça estas designações, pode ter dúvidas em relação aos factos linguísticos em si).

Mais à frente no mesmo capítulo 11 (p. 306, terceiro parágrafo), volta a referir-se a “situação do mundo”, mas aqui já para a definição de frase em geral (e não apenas das declarativas): “[...] una frase é una sequência de palabras numa determinada ordem, que satisfaz as regras e os princípios gramaticais

da língua a que pertence, e que descreve uma situação do mundo sobre o qual se fala ou remete para ela". Pode alegar-se que a definição de frase a apresentar aqui precisa de ser descomprometida (não remetendo assim para análises estruturais que envolvem sintagmas verbais e noções de finitude), mas também não parece que a opção escolhida seja útil para o leitor que se pretende alcançar neste capítulo. Depois, nas secções seguintes, 11.1.1 (Frase: primeira definição) e 11.1.2 (Frase e oração), já se descrevem essas propriedades da frase, o que torna mais estranho o breve recurso anterior àquela formulação.

Concluindo, pelas diversas opções quanto aos conteúdos (a inclusão de fenómenos de variação, uma enorme quantidade de exemplos provenientes de diversas fontes, o rigor científico das apresentações e análises, etc.), os dois volumes em apreço são, desde o instante em que foram publicados, de consulta obrigatória para quem queira participar de uma discussão ampla e empiricamente fundamentada das propriedades gramaticais do português contemporâneo, sendo particularmente bem acolhidos por leitores que preferem uma abordagem descritiva das línguas naturais. Destaque-se ainda o grafismo impecável, que vem reforçar o prazer do seu manuseamento e o conforto moral de testemunharmos, uma vez mais, que substância e beleza podem, sim, estar combinadas numa entidade. Como ficou dito acima, as fragilidades aqui apontadas decorrem, compreensivelmente, da magnitude da obra, e podem muito bem ser contornadas de forma produtiva. Numa certa medida, esse é mesmo mais um aspeto a favor da *Gramática*, que deve ser abordada com o tempo e a atenção justamente concedidos às coisas complexas e refinadas.

Fernanda Pratas